



ANP em associação com WWF



BALANÇO DE 2020 E TENDÊNCIAS PARA 2021

Em 2020, esgotámos os recursos naturais da Terra a 22 de agosto, quase um mês mais tarde do que em 2019.



A 25 de maio esgotámos os recursos naturais de Portugal, um dia mais tarde do que em 2019.



DESAFIOS AMBIENTAIS PARA 2021

2020, o super-ano para a biodiversidade não aconteceu; a pandemia da COVID-19 criou uma nova emergência (a da saúde humana) que uniu todos os países numa luta comum: a da nossa proteção imediata. Ao longo do ano, assistimos ao efeito que os confinamentos obrigatórios provocados pela COVID-19 tiveram na contração da economia mundial e vimos retroceder a tendência crescente do antecipar da data em que temos esgotado os recursos naturais da terra, um sinal claro da relação entre a atividade humana e a saúde do planeta.

O Relatório Planeta Vivo 2020 prova a acentuada degradação da biodiversidade

do planeta: as populações de espécies de vertebrados sofreram um decréscimo de 68% nos últimos 50 anos. Mas o relatório deixa também uma mensagem de esperança e de urgência: **é possível reverter a perda de biodiversidade global, mas é preciso intervir já para garantir um futuro sustentável para a vida selvagem, os ecossistemas e as pessoas.** Em 2021, o novo super-ano da biodiversidade, a ANP | WWF irá continuar a promover o Novo Acordo Pela Natureza e as Pessoas junto dos cidadãos, empresas e governos, focando-se no papel único que cada um pode desempenhar para reverter a perda de biodiversidade, por uma recuperação mais justa e sustentável.

#NEWDEALFORNATURE

#NOVOACORDOPELANATUREZA

#BUILDBACKBETTER

1

A pandemia de COVID-19 e o consequente adiamento do super-ano de 2020 com importantes decisões sobre biodiversidade e clima adiadas para 2021 uma [recuperação económica que muito provavelmente não será justa nem sustentável](#)

2

A legislação sobre depósitos minerais continua a aguardar publicação. Tudo indica que a mineração em mar profundo foi excluída deste diploma mas continuamos a temer que seja permitida mineração nas nossas Áreas Protegidas.

3

À boleia da pandemia, foi adiada a entrada em vigor para o setor da restauração da Diretiva sobre Plásticos de Uso Único, agravando ainda mais a utilização de plásticos de uso único.

5

A proposta de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal foi preparada apenas por uma pessoa, não foi tornado claro como é que a versão apresentada a Bruxelas incorporou (ou não) os mais de 1000 contributos recebidos, e as consultas *ad hoc* pré-submissão a Bruxelas deveriam ter sido mais alargadas para incluírem mais parceiros sociais e também as ONGAs.

4

A elaboração do Plano Estratégico da PAC continua a ser pautada pela falta de transparência e de consulta regular às partes interessadas, num processo pouco estruturado e sem previsibilidade. A pandemia não explica tudo.

NEGATIVO

POSITIVO

COMO FOI 2020?

1

Foi lançado o Programa de Transformação da Paisagem, uma iniciativa sem precedentes que é essencial para mudar a paisagem para ser mais resiliente aos fogos, mais protetora da natureza, e geradora de dinamismo económico.

2

Foi finalmente criado o quadro legal para a cogestão das pescas, um processo que temos influenciado desde a sua génese, e que dá força ao nosso trabalho nesta área.

3

O Ministro do Mar fez declarações públicas favoráveis a uma moratória nacional à mineração em mar profundo, que gostaríamos que fosse partilhada pelo governo e concretizada legalmente.

4

Sobre o mesmo PRR, registamos como positivo o genuíno interesse do autor da proposta do PRR em ouvir as ONGAs, o facto de ter havido consulta pública, a apresentação dos resultados da consulta pública, e a grande participação de cidadãos e organizações que esta teve - tudo apesar das circunstâncias de uma *timeline* apertada a coincidir com as férias de Verão.

5

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre diminuição da desflorestação e degradação florestal que conta já com mais de 1 milhão de participações, e o Parlamento Europeu votou a favor da adoção de uma nova lei europeia ambiciosa de combate à desflorestação, conversão de outros ecossistemas e violação de direitos humanos.

6

Depois do lançamento em dezembro de 2019 do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão lançou este ano a Estratégia Do Prado ao Prato, com o objetivo de tornar os nossos sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, e a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, para proteger e recuperar habitats e espécies.

PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA AMBIENTAL PARA 2021



LEI DO CLIMA NACIONAL

Já foram entregues no Parlamento **5 propostas de lei de bases do clima** (PAN, PCP, PEV, BE, PS), e uma sexta está a caminho (PSD). A discussão em plenário de todas estas propostas deverá acontecer no início de 2021.



15.ª CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP) DA CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CBD)

A Estratégia da Biodiversidade da UE para 2030 defende que se **proteja pelo menos 30% da terra e 30% do mar da UE**. Esta será uma das traves mestras do mandato negocial da UE para a COP da CBD, que Portugal tem de preparar durante a sua presidência do Conselho Europeu.



PLANOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

JSerão concluídas e submetidas a consulta pública as propostas finais dos **10 Planos de Gestão de Região Hidrográfica**, as quais devem incorporar as diretrizes da Diretiva-Quadro da Água e os seus objetivos até 2027, conforme decorre da avaliação (Fitness Check) positiva da Diretiva.



PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

Portugal foi dos primeiros países a entregar o seu PRR, e prevê receber 13,9 mil milhões para promover a recuperação da economia da crise provocada pelo coronavírus, 37% dos quais devem ser alocados à “transição climática”. **A ANP|WWF defende um PRR mais vocacionado para a sustentabilidade ambiental e justiça económica e social**, e continuará a acompanhar o seu desenvolvimento tendo criado um barómetro.



CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE OCEANOS

A Conferência da ONU sobre Oceanos será co-organizada por Portugal e o Quênia, em Lisboa, possivelmente no segundo semestre de 2021. O encontro, que deveria ter acontecido em 2020, vai reunir representantes de governos, ONGs, sociedade civil, academia, comunidade científica, setor privado e filantropia. A Conferência deverá adotar uma declaração intergovernamental sobre as ações a tomar, com base na ciência em prol da conservação dos oceanos e definir vários compromissos voluntários dos países para apoiar a implementação do ODS 14 “Proteger a Vida Marinha”.



PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PEPAC)

Os Estados Membros estão a desenvolver os PEPACs, e em Portugal prevê-se a publicação de um primeiro esboço das medidas da futura PAC em abril de 2021. Espera-se maior abertura do governo para que o processo de construção do PEPAC seja mais participativo, em comparação com o atual modelo meramente consultivo, e mais inclusivo, envolvendo para além das ONGAs outros setores da sociedade civil. **Queremos uma PAC mais ambiciosa em termos ambientais e climáticos, que incorpore a ambição das Estratégias europeias Do Prado ao Prato e da Biodiversidade 2030**, contribuindo para uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis.



PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO EUROPEU (PPCE)

A próxima PPCE acontece no 1.º semestre de 2021. A **adaptação às alterações climáticas continuará a ser um dos temas principais**, em linha com a implementação do Pacto Ecológico Europeu, sendo de esperar que dossiers legislativos como a Estratégia para as Florestas, a Lei de produtos ligados à desflorestação e a revisão do regulamento europeu de Controlo das Pescas recaiam sobre a Presidência Portuguesa. Será durante a PPCE que a maioria dos diálogos para negociação da nova PAC deverão decorrer para se chegar a um acordo definitivo.



26.ª CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP) DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (UNFCCC)

Glasgow, na Escócia, acolherá a próxima COP do Clima em novembro de 2021. Portugal terá mais um palco para mostrar as suas políticas climáticas, que precisam de ser mais ambiciosas para travar aquecimento global abaixo de 1,5 °C. Por isso é preciso passar das palavras aos actos: a gestão florestal não pode continuar a permitir as grandes áreas ardidas que se verificam anualmente, o modelo de uma agricultura e pecuária intensivas deve ser drasticamente alterado, e **é preciso inverter o paradigma de um crescimento económico ligado a prejuízos dramáticos para o clima e para todos nós**.



SAÚDE E NATUREZA

A pandemia da COVID-19 mostrou como a nossa saúde está inequivocamente ligada à saúde do planeta. **Se continuarmos a destruir a natureza a este ritmo, perdemos não só a base biofísica das nossas sociedades e da economia, mas também a nossa saúde** vai continuar a sofrer. Nunca como agora precisamos de operacionalizar o conceito de OneHealth (Uma Saúde para as Pessoas e a Natureza).



DIETAS SUSTENTÁVEIS E DESFLORESTAÇÃO

Terá lugar a **primeira Conferência da ONU sobre Sistemas Alimentares, que irá dar força à necessidade de comer melhor, para nosso bem e da natureza**. Um primeiro passo será tornar as cadeias de abastecimento livres de desflorestação: não queremos florestas no nosso prato!



NOVO AEROPORTO PARA A REGIÃO DE LISBOA

O Governo via o projeto do aeroporto do Montijo como uma das prioridades para acelerar a recuperação do turismo pós pandemia. No entanto, o que era um dado adquirido, afinal poderá ser reavaliado nos próximos meses: o Ministro das Infraestruturas afirmou em Novembro passado que pondera fazer a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) sobre o novo aeroporto do Montijo. A ANP|WWF e outras 7 ONGAs têm defendido que **a lei exige que a localização de um novo aeroporto tem de ser ponderada no contexto de uma AAE, em que sejam avaliadas a necessidade do mesmo e as várias opções possíveis**.

BIO

IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

A Estratégia Do Prado Ao Prato dificilmente conseguirá formatar a próxima Política Agrícola Comum; mas **queremos contribuir para que novas propostas legislativas sejam melhor sucedidas a implementar o PEE**. Estão em desenvolvimento o Plano de Ação da UE para a Agricultura Biológica, o novo quadro financeiro da Política Comum de Pescas e a nova estratégia europeia para as renováveis *offshore*.



AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

Estes são dois temas cada vez mais interligados e que prometem mais debate em 2021, como o PEE veio realçar. A ANP|WWF, consciente desta interligação, fez menção à mesma no seu [Manifesto por uma recuperação económica justa e sustentável](#). Esta inter-relação é algo que está no ADN do nosso trabalho: **queremos “construir um futuro em que as pessoas vivam em harmonia com a natureza”**.



CRIAÇÃO DO CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS (CILIFO)

Vamos acompanhar a criação deste centro, que irá melhorar o conhecimento sobre incêndios nos dois países. **Esperamos que este se centre na prevenção colaborativa, e que adote uma matriz de interdisciplinaridade** para fazer face à crescente gravidade dos incêndios que assolam frequentemente a Península Ibérica.



PROJETOS ANP|WWF PARA 2021



DATA4CHANGE

Em parceria com a Docapesca, e com o apoio da Nova SBE, estamos a **identificar padrões de fuga à lota** com recurso a análise de dados das vendas em lota para produzir recomendações para a diminuição deste problema económico e ambiental.

PARTICIPESCA

Este é o nosso segundo projeto de cogestão de pescarias, agora com enfoque na pescaria do polvo do Algarve. Estamos a trabalhar com 14 associações representativas de mais de 700 pescadores para que haja **uma gestão mais participada, colaborativa e sustentável**. Vamos continuar o nosso trabalho de influência para a implementação do quadro legal da cogestão em Portugal.

RECONNECTING IBERIAN RIVERS

O trabalho realizado em consórcio na bacia do Douro durante o projeto Rede Douro Vivo será agora continuado de forma a também abranger a bacia do Tejo, procurando **melhorar a gestão transfronteiriça de ambas as bacias**.

IBERLINCE

Vamos promover a conservação do Lince Ibérico, envolvendo *stakeholders* de Portugal e Espanha para **conseguir um alto grau de apoio social nas atividades de reintrodução e contribuir para a diminuição da taxa de mortalidade**, aumentando assim o número de indivíduos na natureza.

PORTO SANTO SEM LIXO MARINHO

Vamos **envolver a comunidade local para reduzirmos a produção de lixo marinho no Porto Santo**, desenvolvendo e implementando conjuntamente um Plano de Ação Comunitário que honre esta ilha, recentemente classificada como Reserva da Biosfera da UNESCO.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO - OCEANOS

Vamos lançar um **relatório inédito sobre tubarões e raias de Portugal** para diferentes públicos, **apoiar a implementação da Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas em Portugal** e publicar documentos de posição sobre este tema, e desenvolver **recomendações sobre Pescarias de Baixo Impacto** para influenciar a revisão da Política Comum de Pesca. Procuraremos fazer chegar as nossas preocupações aos decisores, colaborando na procura de soluções.

EAT4CHANGE

Vamos mobilizar vários atores para **cadeias de distribuição livres de desflorestação**, incluindo jovens e empresas, e vamos produzir orientações alimentares saudáveis e sustentáveis para Portugal.

GENERATION EARTH

A 2.ª edição deste programa de capacitação de jovens líderes ambientais vai ser dedicada ao tema das dietas sustentáveis, desafiando os jovens portugueses a contribuírem para **novas soluções e maior consciencialização sobre os efeitos da pegada ecológica da nossa alimentação**.

PLANTAR ÁGUA

Vamos continuar o **restauração ecológica de áreas aridas na serra Algarvia**, monitorizando a biodiversidade, a água e outros indicadores de capital natural, e procurando criar novas parcerias para alargamento da área do projeto.

INICIATIVA TEJO

Vamos fazer um **diagnóstico participado dos usos da água e seus impactos** no aquífero do Médio Tejo, e promover futuramente uma **gestão partilhada da água** com base no risco que empresas e populações enfrentam no acesso a este bem essencial à vida.

MONTADO

Vamos organizar o **evento internacional #GrazingConnection** com os nossos parceiros, continuar a **dinamizar a Aliança Ibérica para a Conservação do Montado**, e produzir um **estudo de caso sobre Economia e Biodiversidade no Montado**, demonstrando a sua importância e necessidade de proteção. Trabalharemos ainda para continuar a premiar os produtores e gestores florestais com boas práticas.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO EUROPEU

Vamos **acompanhar atentamente a Presidência do Conselho Europeu** que é da responsabilidade de Portugal no 1.º semestre de 2021, particularmente as questões relacionadas com a proteção da biodiversidade e a recuperação económica que queremos que seja justa e sustentável.

BARÓMETRO RECUPERAÇÃO VERDE

Uma análise da ANP|WWF sobre o plano de recuperação da economia e a proteção do ambiente.



1. PORQUE É QUE DECIDIMOS CRIAR ESTE BARÓMETRO?

A ANP|WWF desenvolveu um barómetro para avaliar e acompanhar as opções de investimento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português em termos ambientais, e facilitar a compreensão de todos os cidadãos sobre o que está em causa neste plano. Muitos dos investimentos indicados no PRR, no total de **13,9 mil milhões de euros**, terão impactos no ambiente, a curto, médio e longo prazo. A aplicação destes fundos será determinante para o futuro ambiental, social e económico do país.

2. O QUE É O BARÓMETRO?

O barómetro classifica as medidas propostas no PRR entregue em Bruxelas com um código simples: verde para o que deve ser mantido como está, amarelo para o que deve ser alterado/melhorado, e vermelho para o que deve ser excluído. Para chegarmos a este código, a ANP|WWF analisou as principais medidas propostas com relevância ambiental nas nossas áreas de conhecimento, escrutinando assim cerca de 30% do investimento previsto.

3. COMO É QUE O BARÓMETRO VAI SER UTILIZADO?

Para além de disponibilizá-lo ao público, a ANP|WWF irá ainda partilhá-lo com as autoridades relevantes envolvidas na negociação do PRR de Portugal. Queremos que oiçam a nossa e a vossa voz, para que os investimentos que se venham a decidir estejam melhor alinhados com a [recuperação económica justa e sustentável](#) defendida por mais de 100 organizações e pessoas. Iremos fazer uma nova edição do barómetro com a versão final do PRR, cuja aprovação está prevista o mais tardar em abril de 2021. Se forem conhecidas versões intermédias, o barómetro será atualizado.

NOTA: O que é o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)?

Na sequência da pandemia da COVID-19, a União Europeia criou linhas de apoio à recuperação económica. Para ter acesso a este fundo, cada Estado-Membro tem de apresentar a sua proposta de Plano de Recuperação e Resiliência, e negociá-la com a Comissão Europeia. O governo português encarregou inicialmente o Prof. António Costa Silva de elaborar uma Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030. Para a elaboração da sua proposta, António Costa Silva reuniu com inúmeras entidades e organizações, incluindo ONGs de ambiente como a ANP|WWF.

A proposta foi [apresentada publicamente](#) em 21 julho de 2020, tendo entrado em processo de consulta pública até 21 de agosto. Foram recebidos mais de 1000 contributos de organizações e cidadãos, e a 15 de setembro António Costa Silva apresentou publicamente um [sumário dos contributos recebidos](#). A 15 de outubro Portugal foi o primeiro Estado-Membro a entregar à Comissão Europeia a sua proposta de [Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026](#), que está atualmente em análise e que é objeto deste primeiro barómetro da ANP|WWF.

	ÁGUA	ALIMENTAÇÃO, FLORESTAS, BIODIVERSIDADE	OCEANOS E PESCAS	CLIMA E ENERGIA
		FLORESTAS (665M€)		MOBILIDADE SUSTENTÁVEL (1032M€) EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS (620M€)
	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (441M€) ¹ -- PLANO DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE (200M€)	AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E AGROINDÚSTRIA (93M€)	CLUSTER DO MAR DOS AÇORES (32M€)	HIDROGÉNIO (371M€)
	BARRAGEM DO PISÃO (171M€)	INFRAESTRUTURAS (833M€)	AUSÊNCIA DE REFERÊNCIA AO PAPEL DO OCEANO NA RECUPERAÇÃO	

¹ Inclui o plano de eficiência hídrica do Algarve e a barragem do Pisão.

ANÁLISE DO BARÓMETRO

Abaixo explicamos a nossa perspetiva sobre cada um dos pontos que consideramos que deve ser mantido, mudado ou eliminado.

ÁGUA

Gestão de recursos hídricos - mais barragens não é a solução. Estas implicam graves impactos nos rios, nos ecossistemas fluviais e nos serviços de ecossistemas associados, e são atualmente incapazes de assegurar o abastecimento, como é patente no sul do país. Deve ser dada prioridade a (i) diversificação de origens de água, (ii) uso eficiente da água, (iii) reutilização de águas residuais, (iv) priorização dos consumos de água no Sul do país, mais afetado pela escassez. Deve-se ainda melhorar a Convenção de Albufeira, fazer restauro ecológico de linhas de água degradadas, e manter os leitos naturais com boa qualidade ambiental, aumentando a sua resiliência aos períodos de cheia e a capacidade natural de retenção e infiltração de água. A gestão dos recursos hídricos deve ser articulada com a gestão do território das respectivas bacias hidrográficas, por ex., uso adequado de plantas, técnicas de utilização de água sustentáveis, formação de corredores ecológicos.

Plano de eficiência hídrica do Algarve - Apesar de se estudarem soluções de base de aumento da oferta, com graves impactos ambientais como são as barragens e a dessalinização, este investimento centra-se, e bem, no uso eficiente da água e na redução da necessidade do consumo de água.

Barragem do Pisão - Quase 100% dos maiores rios em Portugal tem barragens, quando no resto do mundo o valor é de 63%. Portugal deixou há muito de usufruir da maior parte dos serviços do ecossistema que um rio livre fornece: perda de biodiversidade, praias sem sedimentos, excesso de nutrientes nas massas de água artificiais são assim problemas que criámos a nós próprios. Construir mais uma barragem agrava os problemas e contradiz o compromisso da Comissão Europeia de até 2030 retirar barreiras obsoletas e recuperar “pelo menos 25 mil quilómetros de rios”.

ALIMENTAÇÃO, FLORESTAS, BIODIVERSIDADE

Florestas - programa de Transformação da Paisagem dos Territórios mais vulneráveis, com investimento em meios de combate a incêndios e na melhoria do cadastro do território.

Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria - esta agenda deve (i) promover a transformação dos sistemas de produção alimentar através do incentivo a formas de produção mais sustentáveis, ao invés de apoiar práticas agrícolas como a intensificação e sobreprodução agrícolas; (ii) estender-se a outras abordagens de agricultura sustentável, como a agricultura regenerativa ou outras práticas orientadas por princípios da agroecologia; (iii) promover a transformação da agricultura industrializada numa agricultura que preserve e restaure os recursos naturais e serviços do ecossistema, contribuindo para solos mais férteis, uso eficiente de água e fertilizantes, resiliência das culturas agrícolas e da paisagem, redução das emissões gasosas (potenciando também o papel da agricultura como sumidouro de carbono) e restauro da biodiversidade.

Infraestruturas - mais dinheiro para estradas contradiz o compromisso da UE de não alocar nem mais um euro para esta finalidade. Mesmo estradas pequenas interrompem habitats e são prejudiciais à biodiversidade que urge proteger. Alternativamente, o investimento deveria ser alocado às áreas classificadas (Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, etc.) e à criação de “estradas da natureza”, procurando garantir corredores ecológicos em bom estado entre áreas classificadas atuais, e também futuras a designar para atingir a meta de 30% proteção.

OCEANOS E PESCAS

Cluster do Mar dos Açores - não é claro se este servirá para preparar uma futura exploração de recursos minerais em mar profundo, possibilidade avançada por Costa Silva em julho. Esta possibilidade deve ser claramente excluída do âmbito deste cluster.

Ausência de referência ao papel do oceano na recuperação - o PRR deveria incluir referência ao papel do oceano na recuperação sustentável, nomeadamente ações alinhadas em 3 eixos: proteger e recuperar a vida marinha; planear e transitar para uma economia circular e sustentável; e liderar a agenda internacional do oceano. Foi isto que defendemos na nossa declaração conjunta com a Fundação Oceano Azul “[Um Oceano Saudável Para Uma Recuperação Económica Sustentável em Portugal](#)”.

CLIMA E ENERGIA

Mobilidade Sustentável - as medidas preconizadas deverão ser acompanhadas de reforço da ferrovia, e da criação de transporte coletivo elétrico on-demand nas zonas de baixa densidade populacional, e ainda de fortes desincentivos à aquisição e utilização de transporte privado, ainda que elétrico.

Eficiência energética em edifícios - fundamental para redução das emissões de gases com efeito de estufa, melhoria do conforto térmico da população, e redução da mortalidade climatérica sazonal (vagas de frio, ondas de calor).

Hidrogénio - a aposta no hidrogénio verde deve cingir-se a setores com custos muito elevados de descarbonização. O hidrogénio verde, produzido a partir da eletrólise da água com base em eletricidade de origem renovável, suscita questões quanto à possível competição com a procura de consumo final por energia renovável, quanto aos custos ambientais da água de elevada pureza necessária, e quanto à perpetuação de investimentos na infraestrutura de transporte de gás natural (i.e., um combustível fóssil que deve ser descontinuado) para exportar o hidrogénio verde.



#Together4Forests



ANP em associação com WWF

Autoria: ANP/WWF
Produção e Edição: ANP/WWF - Portugal

Publicado em 2020 pela ANP/WWF – ANP em associação com a WWF. Qualquer reprodução integral ou parcial desta publicação deve mencionar o título e creditar os autores acima mencionados.

© Texto 2020 ANP. Todos os direitos reservados.

© 1986 Símbolo do Panda WWF – World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund)

ANP, em associação com a WWF
Laboratórios Audax, Rua Adriano Correia de Oliveira, 4 A – Lab H3, 1600 – 312 Lisboa
www.natureza-portugal.org